

Mulheres em acção: Prevenindo a Violência Armada

Notícias da Rede

- Suécia: tendências globais de segurança
- PNG: 'O modo como vivemos reflecte os nossos medos'
- IANSA apela à Noruega que emende as leis
- Promoção da paz na África Ocidental
- TCA: é tempo da Ásia e Pacífico aderirem

Foco especial: Comissão sobre o Estatuto das Mulheres

- A relação desconhecida entre armas e HIV/SIDA

- Rumo ao TCA: os direitos das mulheres

Anúncios

- TCA: seminários regionais
- Colômbia: nova lei inclui disposição sobre posse de armas
- Semana de Acção Global
- Paz e Segurança no Sul Asiático
- Libéria: Plano de Acção da Resolução 1325

Eventos Recursos

Boletim N. 18, Abril 2009

Haiti: Relatório sombra da CEDAW sublinha violência armada

Guerda Benjamin, do OFAT Haiti, relata a forma como grupos da Rede de Mulheres da IANSA estão a usar o relatório sombra endereçado à CEDAW para apelar aos seus governos para que tomem medidas para reduzir e prevenir a violência armada contra as mulheres.

As ONG têm um papel importante na transformação da CEDAW num instrumento de capacitação das mulheres, através de pressão política e monitorização da implementação do acordo por parte dos seus governos. A aplicação da CEDAW baseia-se num sistema de relatórios, sendo que nestas avaliações muitas vezes os governos tendem a minimizar os problemas com os quais se defrontam e a maximizar os seus feitos.

As ONG, sob a forma de 'relatórios sombra', contribuem para chamar a atenção, nacional e internacionalmente, para as preocupações reais das mulheres. Apesar do Comité da CEDAW não convidar/financiar directamente a produção de um relatório sombra, o artigo 2 do Protocolo Adicional da CEDAW prevê tais contribuições por parte de ONG e/ou indivíduos. Contudo, a maioria dos Estados não assinaram o Protocolo Adicional, como é o caso do Haiti.

Não obstante, grupos de mulheres haitianas, membros da Rede IANSA, redigiram o Relatório Sombra com o intuito de sublinhar questões específicas e, dessa forma, assegurar a responsabilização do seu governo, quer internamente quer no seio das Nações Unidas. Tal permite que as suas preocupações sejam incluídas nos registos formais do processo de relatório.

O relatório sombra endereçado à CEDAW inclui referências específicas à violência armada contra as mulheres, nomeadamente: o impacto diferenciado

da violência armada na vida de mulheres e meninas; a escassez de recursos e dados nesta área; o facto de tanto as armas em posse legal, como as ilícitas serem igualmente perigosas; a necessidade de questionar as distinções actuais que opõem armas de fogo legais/ilícitas, guerra/paz e esfera pública/privada.

O Relatório apela também à redacção de uma lei sobre violência doméstica que inclua disposições específicas relativas à posse de armas de fogo e que preveja a apreensão das armas em caso de abuso.

Apelou também à realização de programas específicos, compreendendo nomeadamente a capacitação de forças policiais e agentes judiciais e a protecção e acomodação dos sobreviventes. Acrescentou ainda que para que tal seja possível, o governo deve afectar recursos suficientes do orçamento nacional.

Este aspecto está directamente relacionado com o Relatório da Professora Barbara Frey, Representante Especial das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras e Direitos humanos, publicado em 2006, que examinou o uso de armas de fogo por parte de civis e concluiu que:

“O Estado tem obrigações especiais no que concerne a protecção dos direitos de grupos vulneráveis, incluindo as vítimas de violência doméstica, que estão particularmente expostas ao risco de uso indevido de armas de fogo na esfera

privada (lar). A presença de uma arma de fogo em casa pode facilmente transformar um caso de violência doméstica em homicídio doméstico.”

A sociedade civil haitiana usou igualmente o Relatório para chamar a atenção do 'Relatório do Grupo de Peritos das Nações Unidas sobre Boas Práticas de Legislação sobre Violência contra mulheres', de 2008, que mencionou a importância de contemplar as armas de fogo na legislação nacional, particularmente no domínio da violência doméstica (Secção 8, parte C).

É esperado que o Relatório alargue o âmbito da CEDAW ao nível nacional e contribua para o desenvolvimento de jurisprudência sobre direitos das mulheres no seio do sistema das Nações Unidas. Desta forma, as mulheres podem transformar a Convenção e estabelecer normas e padrões para os direitos das mulheres.



Haiti © Oxfam GB

Notícias da Rede

Suécia: tendências globais de segurança

Lena Ag, Secretária-Geral da organização Kvinna till Kvinna, apelou a um debate democrático sobre segurança num seminário internacional de peritos sobre padrões globais de segurança, realizado em Estocolmo, em Janeiro passado.

A par com o Dr Hans Blix, a coordenadora da Rede de Mulheres da IANSA, Sarah Masters, foi oradora no seminário, tendo-se centrado nos impactos de género da violência armada, que associou com a necessidade de um Tratado de Comércio de Armas e com uma Posição Comum, de carácter vinculativo, sobre exportações de armas ao nível da União. Deu exemplos de campanhas locais de desarmamento direccionadas a jovens do sexo masculino, levadas a cabo com sucesso por membros da Rede IANSA, nas quais o prestígio de possuir uma arma foi substituído pelo poder e estatuto que derivam do papel interventivo que gozam nas suas comunidades.



Dr Hans Blix y Sarah Masters © Kvinna till Kvinna

O Dr Blix enfatizou a importância de tornar visíveis as mulheres no debate sobre desarmamento, bem como a necessidade de reformar o discurso

predominantemente masculino neste domínio. Classificou as armas ligeiras "de verdadeiras armas de destruição maciça" e defendeu que as mulheres podem e devem contribuir mais para o debate internacional neste campo.

Olfat Mahmoud, da Women's Humanitarian Organization, partilhou as suas experiências sobre o acampamento de refugiados de Bourj al Barajneh, no Líbano, onde 20,000 pessoas vivem numa área de um quilómetro quadrado. O campo, planeado para oferecer refúgio temporário a deslocados, celebrou já 60 anos.

Sarah e Lena Ag relacionaram este debate com a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, dando exemplos de como as organizações de mulheres têm criado condições para realização de conversações de paz e iniciativas de desarmamento.

Para mais informações, consulte: www.kvinnatillkvinna.se

Boletim da Rede de Mulheres da IANSA, disponível em inglês, francês, espanhol e português.
Compilado e editado pela coordenadora da Rede de Mulheres da IANSA: Sarah Masters.

Tradução: Observatório Género e Violência Armada, Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais, Portugal.
Impresso pela The Russell Press, Reino Unido.

PNG: 'O modo como vivemos reflecte os nossos medos'

No passado mês de Março, Eileen Kolma, representante da Oxfam Internacional na Papua Nova Guiné, interveio num evento em Port Moresby para assinalar o Dia Internacional da Mulher. O seu discurso enfatizou as inseguranças vividas por mulheres numa sociedade onde as armas são vistas como parte do quotidiano.

Eileen explicou que, "As mulheres vivem com medo por elas próprias, pelas suas filhas, familiares do sexo masculino, entrando e saindo dos carros, das pontes e das suas casas com receio, pensando se o homem no passeio não terá uma arma consigo." Eileen deu vários exemplos de violência armada contra as mulheres, incluindo o rapto e a violência sexual e acrescentou, "Tenho amigas pessoais e colegas que foram mortas e feridas. Outras perderam os seus maridos, filhos, mães e filhas." Reconheceu que existem lacunas na recolha de dados e que as mortes e ferimentos relacionados com o uso de armas são raramente relatados, mas acrescentou que existem evidências empíricas suficientes para sugerir que a Papua Nova Guiné tem um problema grave de disseminação de armas de fogo e que estas fazem já parte da culturas das comunidades.

Eileen falou ainda sobre a Declaração de Génèbra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, da qual a Papua Nova Guiné é signatária, e sobre as formas como o governo deve agir para honrar o compromisso de proteger os seus cidadãos face à violência armada e criar um ambiente seguro e pacífico. Anunciou ainda que a Oxfam Internacional está a conduzir um projecto de investigação na região de Hela, no Sul, com os objectivos de: documentar e compreender as questões relacionadas com a oferta e procura de armas ligeiras na comunidade; identificar e apoiar leis comunitárias locais e iniciativas judiciais de prevenção da violência; e analisar a forma como estas iniciativas podem ser usadas noutras partes do país.

Eileen fez seis recomendações, incluindo: a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, reconhecendo e dando resposta às necessidades específicas das mulheres e meninas na Papua Nova Guiné; o desenvolvimento de estudos sobre a natureza, causas e implicações da insegurança, bem como sobre as respostas à violência armada, protagonizadas pelas comunidades; a identificação de formas de envolvimento das comunidades na segurança; e a priorização do envolvimento de longo prazo em detrimento de soluções de curto-prazo.

IANSA apela à Noruega que emende as leis sobre armas

A Rede de Mulheres da IANSA apelou à Noruega que emendasse as suas leis sobre armas e munições na sequência da morte de uma mulher pelo seu antigo companheiro, em Janeiro de 2009.

De acordo com Small Arms Survey, um terço dos lares noruegueses tem armas de fogo. Desde 2000, 80 mulheres foram mortas pelos seus actuais ou antigos companheiros, sendo que um terço destas mortes foi provocada por armas de fogo. A Lei norueguesa sobre Armas de Fogo exige que todos os candidatos a licença de uso e posse de arma de fogo sejam submetidos a exame de cadastro, mas não prevê que as companheiras dos candidatos sejam consultadas durante este processo.

Sarah Masters, coordenadora da Rede de Mulheres da IANSA, disse: "A consulta de companheiras e esposas constitui um instrumento essencial de protecção das mulheres face à violência armada. Em muitos casos, os homens responsáveis pela morte de mulheres têm um historial de violência, efectiva ou de intimidação, sem que tenha sido apresentada queixa à polícia. Deste modo, julgamos importante considerar todo o tipo de incidente violento no processo de atribuição de licença de uso e porte de armas— por exemplo, se a polícia foi chamada a intervir no passado por causa de agressão ou ameaças dirigidas à companheira." No Canadá, a Lei prevê não só a apreensão e proibição de uso e porte de armas de fogo em casos de violência doméstica, mas também a consulta dos parceiros dos candidatos durante o processo. Tal reconhece a

importância de informar as mulheres da aquisição de uma arma de fogo por parte dos seus parceiros.

A IANSA apelou a que o governo norueguês emendasse com urgência a sua legislação sobre armas e munições e incluísse esta disposição. Até ao momento, as recomendações da IANSA foram recebidas com agrado pelo Secretariado do Centro de Crise norueguês.

Finn Abrahamsen, antigo dirigente da Unidade de Criminalidade Violenta em Oslo, acrescentou que "O uso e posse de armas não é um direito humano, sendo uma boa ideia consultar familiares próximos do candidato." Julga que não se trata de um fardo para a polícia e que, pelo contrário, permite obter informação vital para o processo de verificação dos requisitos do candidato à licença de uso e porte de armas de fogo.

Abrahamsen frisou ainda que o processo de acompanhamento de incidentes de violência doméstica e licenciamento de uso e porte de armas de fogo pode ser melhorado: "Quando a polícia é notificada acerca de um caso de violência doméstica, deve ser imediatamente verificada a existência de armas de fogo em casa e, caso existam, devem ser apreendidas, pelo menos durante um certo período de tempo. Acrescentou ainda, com espanto, que é mais fácil ser se proibido de conduzir do que de ter acesso a armas de fogo.

O Secretário de Estado da Justiça e da Polícia, Astri Aas-Hansen, confirmou que o governo irá analisar com cuidado as recomendações da IANSA.

Disse ainda que "A consulta dos parceiros no processo de candidatura a uso e porte de arma é importante. Mesmo que o processo de licenciamento seja exigente, é possível contemplar outros métodos que permitam garantir que os candidatos cumprem os requisitos na sua totalidade."

Promoção da paz na África Ocidental

Em Fevereiro de 2009, os grupos de mulheres da rede IANSA no Senegal organizaram um workshop e exposição fotográfica sobre a cultura de paz, como parte da campanha contra as armas ligeiras.

O workshop foi organizado pelo Institute of Human Rights and Peace (IDHP), em parceria com a Association of Women for Peace Initiatives (AFIP), Peacemakers Across the Globe, e Movement Against Small Arms in West Africa (MALAO).

Os três dias de workshop abordaram temas como: a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas; o papel da sociedade civil na prevenção e gestão de conflitos; os instrumentos legais internacionais e regionais de controlo de armas; e o contexto socio-político da África ocidental. Uma mulher membro da Rede de Mulheres da IANSA, proveniente do Maili, Fatoumata Maiga, da AFIP, apresentou um plano de acção para o continente, enquanto que Jesse Franck Goma orientou uma sessão sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

A exposição fotográfica representou mulheres envolvidas na luta contra a violência armada. Algumas das fotos incluíam as mulheres que foram nomeadas para o prémio Nobel da Paz em 2005, parte da campanha 1000 Peacemakers Initiative, nomeadamente Christiane Agboton Johnson, uma membro da Rede de Mulheres da IANSA, Senegal, actualmente directora do UNIDIR.

Vários órgãos de comunicação social nacionais estiveram presentes no workshop, tendo sublinhado o conhecimento das mulheres no domínio da construção da paz e prevenção da violência armada.

MALAO
www.malao.org



Astri Aas-Hansen, Secretário de Estado da Justiça e da Polícia.
Foto: Vegard Nekstad

A relação desconhecida entre armas e HIV/SIDA

“A violência sexual sob ameaça de arma de fogo está a contribuir para a transmissão do HIV/SIDA, deixando muitas sobreviventes de violação a sofrer em silêncio”, escreve Judy Waruhiu, da FECCLAHA, Quênia.



Judy Waruhiu

O horror da violência sexual que atinge a vida de mulheres e raparigas na República Democrática do Congo é flagrante no hospital de Panzi, em Bukavu. Em algumas partes do leste do Congo, estima-se que três em quatro mulheres tenham sido violadas durante os quatorze anos de conflito.

O hospital de Panzi é o local de referência para as sobreviventes de violência sexual, que constituem dois terços dos pacientes. Em 1998, os médicos depararam-se, pela primeira vez, com a necessidade crescente de reconstrução vaginal resultante de actos de violência sexual. A sua primeira paciente foi uma mulher, que havia sido violada por um grupo de soldados. No decurso da violação, os soldados inseriram uma espingarda na vagina da mulher e seguidamente dispararam-na.

Depois deste caso, o staff assistiu não só ao recrudescimento dos casos de violência sexual, mas também ao aumento da brutalidade. Na região dos Grandes Lagos, cada grupo armado desenvolveu o seu próprio modus operandi de violência sexual. Por exemplo, alguns grupos no Burundi violavam homens e mulheres. Os Mai Mai – forças de defesa locais, presentes no Ruanda e na República Democrática do Congo — violavam com baionetas, mutilando os órgãos sexuais das vítimas.

O uso dos corpos das mulheres como instrumento de guerra, terror e limpeza étnica ganhou visibilidade durante o genocídio do Ruanda e as guerras dos Balcãs nos anos 90.

A violação e violência sexual foram codificadas pela primeira vez como crimes de guerra nos estatutos do Tribunais Internacionais para a Antiga Jugoslávia e Ruanda. Em virtude disto, existe agora um corpo sólido de jurisprudência que considera a violação e a violência sexual como formas de genocídio.

A violência sexual tem sido usada contra mulheres e raparigas e, em menor grau, contra homens e rapazes, como forma de tortura, visando humilhar, intimidar e, em última instância, derrotar e deslocar à força populações-alvo.

Em muitos casos, a sexualidade das mulheres é vista como estando sob protecção dos homens na comunidade, logo o seu desafio corresponde a um acto de dominação sobre os homens do grupo atacado.

Pelo menos 20,000 mulheres foram violadas na Bósnia-Herzegovina durante a guerra. A estas mulheres foi negada assistência médica, mesmo nos casos de gravidez e doença. Uma das consequências horríficas da violência sexual durante os conflitos armados é o risco crescente de transmissão do HIV/SIDA.

É impossível dizer com exatidão quantas mulheres e raparigas foram infectadas na República Democrática do Congo em resultado de violação cometida sob ameaça de arma de fogo. Mas dado que as violações com recurso a ameaça de arma de fogo foram uma constante durante o conflito, é certo que tal tenha acontecido e continue a acontecer.

Esta é uma das questões que a Rede de mulheres (WN) da IANSA sublinhou durante o Dia Internacional da Mulher, em particular durante uma sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher, em Nova Iorque, subordinada ao tema “armas de fogo e HIV/AIDS”. A WN defendeu que a redução da violência sexual armada deve ser incorporada nas estratégias de prevenção do HIV/SIDA.

As armas de fogo estão relacionadas com a transmissão do HIV/SIDA dado que a presença de armas de fogo numa tentativa de agressão reduz drasticamente as hipóteses de fuga da vítima. Ao contrário das facas, por exemplo, as armas de fogo podem ser disparadas à distância e/ou usadas para controlar um grupo de mulheres e raparigas. A letalidade excepcional das armas de fogo é conhecida dos peritos de prevenção de riscos e segurança, mas a sua ligação com a propagação de doenças sexualmente transmissíveis não é reconhecida amplamente.

A WN assinalou ainda que os problemas vividos pelas vítimas de violação e violência sexual durante a guerra são múltiplos e duradouros no tempo, exigindo uma atenção específica. Cruelmente, em muitas culturas onde a violação enquanto arma de guerra é comum, a vítima é deixada com sentimentos de culpa e vergonha. Tendo sofrido sequelas físicas e mentais decorrentes da violação, muitas mulheres enfrentam o trauma adicional de serem ostracizadas pelas suas comunidades.

No Ruanda, as Nações Unidas estimam que tenham sido cometidas entre 250,000 e 500,000 violações durante o genocídio de 1994. Quinze anos mais tarde, cerca de sete em cada dez sobreviventes vivem agora infectadas com HIV/SIDA.

Uma das sobreviventes ruandesa testemunhou que “desde que soube que estava infectada com HIV, o meu marido divorciou-se de mim e abandonou-me a mim e aos três filhos, por isso não tenho meios de pagar a alimentação, renda, escola... a minha maior preocupação é com o que acontecerá com as crianças quando eu morrer.”

De acordo com uma organização de mulheres do Ruanda, muitas mulheres infectadas com HIV/SIDA estão a morrer em silêncio, em virtude da discriminação que sobreviventes de violação e pessoas que vivem com o HIV/SIDA têm sido sujeitas. As crianças

Foco Especial: A Rede de Mulheres da IANSA na Comissão sobre o Estatuto das Mulheres

nascidas das violações também sofrem discriminação, sendo comumente chamadas de 'enfants mauvais souvenir', em português, 'filhos de más memórias'.

Em virtude da falta acesso a cuidados de saúde e da discriminação a que são sujeitas as vítimas de violação e infectadas com HIV/SIDA, a vasta maioria dos sobreviventes vivem em abjecta pobreza. Muitas mulheres venderam as terras das famílias e todas as suas posses para pagar pela medicação e o fenómeno de agregados familiares liderados por crianças está a aumentar.

Apesar das histórias e estatísticas deprimentes, gradualmente a comunidade interacional tem vindo a reconhecer a necessidade de atentar sobre a questão da violência sexual durante os conflitos.

A Resolução 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas declara que "as mulheres e as raparigas são particularmente alvos da violência sexual, nomeadamente enquanto táctica de guerra, com o propósito de humilhar, dominar, instigar medo e dispersar e/ou re-deslocar civis, membros de comunidades ou grupos étnicos."

A Resolução exige "o fim imediato de todos os actos de violência sexual contra civis por parte de todas as partes do conflito armado." Mas a Resolução falha em reconhecer a necessidade de reduzir a presença de armas de fogo – por exemplo, a regulação do comércio internacional de armas de fogo, o controlo dos arsenais militares e a regulação da posse civil de armas.

Enquanto os governos e as Nações Unidas não reconhecerem a ligação entre a proliferação de armas ligeiras, a violência sexual e a transmissão do HIV/SIDA– e não equacionarem formas de lhe dar resposta – a luta de algumas das mulheres mais sofridas do mundo permanecerá silenciada e ignorada.

Publicado originalmente no jornal The Daily Nation, Quênia, 5 de Março de 2009.

TCA: os direitos das mulheres

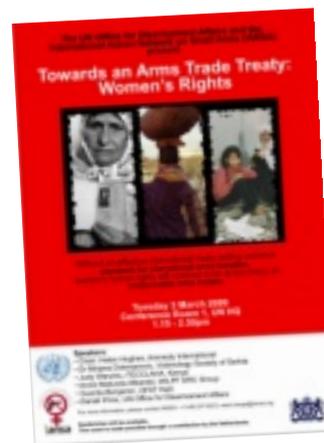


Guerda Benjamin, Daniel Prins (UN ODA), Annie Matundu-Mbambi, Helen Hughes (AI), Maria Pia Devoto, y Mirjana Dokmanovic. Foto: Churroman

A Rede de mulheres da IANSA organizou um evento conjunto com o Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento no dia 3 de Março de 2009, relacionando os temas da Comissão de Estatuto das Mulheres com o Tratado do Comércio de Armas (TCA).

Este ano, a Comissão sobre o Estatuto das Mulheres coincidiu com o primeiro encontro do Grupo de Trabalho sobre o TCA.

Todas as apresentações estão online em: www.iansa.org/women/CSW2009.htm



TCA: é tempo da Ásia e Pacífico

Os membros da Rede de Mulheres da IANSA, Jasmin Nario-Galace, da PhilANSA, Filipinas, e Ema Tagicakibau, do Pacific Concerns Resource Centre, Fiji, participaram na conferência de dois dias, que teve lugar em Tóquio, Japão, visando a sensibilização da opinião pública e decisores políticos sobre o Tratado de Comércio de Armas.

A conferência foi organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês, em parceria com a Oxfam Japão. Estiveram presentes representantes de 13 países - Austrália, Cambodja, Japão, Fiji, Indonésia, Malásia, Ilhas Marshall, Nova Zelândia, Palau, Filipinas, Samoa, Coreia do Sul e Timor Leste. Os delegados analisaram as obrigações legais existentes para os países exportadores e importadores de armas. É esperado que os delegados façam pressão para um Tratado sobre o Comércio de Armas no seio das Nações Unidas, que obrigue os exportadores a avaliar o risco das transferências de armas no que diz respeito ao desenvolvimento social e económico do país importador. O Tratado deve ainda obrigar os Estados a considerarem o historial de transparência das despesas militares da parte do Estado importador e o seu historial de prevenção da violência, criminalidade organizada e instabilidade regional.

Jasmin e Ema fizeram apresentações centradas na temática da segurança humana e nos impactos negativos do comércio de armas nas vidas de mulheres e raparigas. Jasmin disse, "O custo humano e económico da insurgência armada na região de Mindanao, nas Filipinas, é avassalador. Apesar disso, armas ligeiras continuam a entrar facilmente no país, indo parar, muitas vezes, às mãos de civis. Um tratado de comércio de armas possibilitaria uma melhor protecção dos civis face a violações graves de direitos humanos e permitiria aos governos investir no desenvolvimento e não nas armas."

Anúncios

TCA: seminários regionais

Nos próximos 12 meses, serão financiados pela União Europeia (UE) seis seminários regionais sobre o Tratado de Comércio de Armas. A UE está comprometida com a promoção de um TCA relativo a Estados terceiros.

A UE espera contribuir para a consciencialização de actores nacionais e regionais, Estados membros das Nações Unidas, sociedade civil e sector empresarial sobre os debates actuais em torno do TCA. Um dos objectivos dos seminários será identificar os “possíveis elementos, âmbito e implicações” de um TCA. Os membros da IANSA no Egipto estão a organizar um encontro regional de organizações da sociedade civil no Cairo, com o objectivo sensibilizar o Terceiro sector para a importância do TCA.

Representantes de mais de quinze países do Médio Oriente e Norte de África irão estar presentes na reunião de 31 de Março a 1 de Abril, com o objectivo de discutir o significado do TCA para a região e as formas de melhor promover um TCA eficaz e sólido a nível nacional e das Nações Unidas. Esta é uma iniciativa importante que ilustra o nível de apoio e compromisso das organizações regionais da sociedade civil para com o TCA.

Semana de Acção Global

Este ano, a Semana de Acção Global Contra a Violência Armada terá lugar entre 15-21 de Junho. Reservem a data e mantenham-se atentos às informações do Secretariado da IANSA.

Paz e segurança no Sul Asiático

Integrado nas celebrações do Dia Internacional da Mulher, a Rede de Acção sobre Armas Ligeiras do Bangladesh (BANSA), o Centro Para A Parceria Do Desenvolvimento (BDPC) e a Aliança Sul Asiática Para a Erradicação da Pobreza (SAAPE) organizaram uma consulta sobre Paz e Segurança no Sul Asiático no dia 9 de Março de 2009.



Apelaram ao governo que instituisse uma Comissão Nacional para a Paz e Segurança e um órgão constitucional independente, responsável pelo controlo das armas de fogo ilegais, violência armada e tráfico trans-fronteiriço de armas.

Colômbia: nova lei sobre violência contra as mulheres inclui disposição sobre posse de armas

Uma nova Lei articulando a violência contra as mulheres e a posse de armas de fogo foi aprovada no Congresso Colombiano, em Dezembro de 2008.

A Lei 1257 estabelece que os perpetradores de violência contra as mulheres sejam interditos à posse e uso de armas de fogo – apesar de o período de suspensão não estar definido. A lei representa uma vitória para uma coligação de ONG, governo e agências das Nações Unidas que trabalham sobre direitos das mulheres, incluindo o Colectivo Dignidad Humana, um membro da Rede de Mulheres da IANSA.

Luz Salazar, do Colectivo, congratulou-se com a aprovação da Lei, mas disse que disposições adicionais são necessárias para salvaguardar as mulheres face à violência armada. Segundo Luz Salazar, “os homens com um historial de violência contra as mulheres devem ser impedidos de possuir armas de fogo e a duração do período de suspensão deve ser clarificado para que a lei seja genuinamente eficaz. A lei também emendou o Código Penal da Colômbia, aumentando a pena para os/as agressores/as de mulheres, sobretudo nos casos em que a agressão tenha sido cometida especificamente por causa do género da vítima.

Lei 1257, Colômbia, 2008 (Espanhol)

www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley/2008/ley_1257_2008.html

Libéria apresenta Plano de Acção da 1325

No Dia Internacional da Mulher, o governo da Libéria apresentou o seu Plano de Acção Nacional (PAN) para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Participantes do Colóquio da Libéria, onde a Resolução 1325 foi discutida e lançado o PAN, apelaram a que os Estados membros da ONU e Agências especializadas reconhecessem o papel das comunidades locais e, particularmente das mulheres, nos processos de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR).

Além disso, apelou-se a que os Estados membros das Nações Unidas e Agências especializadas considerassem o reconhecimento da violação e violência sexual em conflitos armados como uma arma de guerra como parte do processo de DDR.

Estes dois apelos estão em consonância com as sugestões feitas pela Rede de Mulheres da IANSA na 53ª Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres.

Eventos

5ª Cimeira das Américas

17-19 de Abril de 2009: *Trinidade e Tobago*

Membros da IANSA têm uma oportunidade para colocar na agenda nacional e regional a prevenção da violência armada e a promoção da segurança humana.

<http://fifthsummitoftheamericas.org>

Workshop regional da Sociedade Civil da África Ocidental sobre o TCA

15-16 de Abril de 2009: *Lomé, Togo*
5ª Conferência de Revisão da RECSA (Grandes Lagos e Corno de África) 20-21 de Abril de 2009: *Bujumbura, Burundi* www.recsasec.org/events.htm

6ª Conferência Global: Guerra, guerra virtual e segurança humana

1-3 de Maio de 2009: *Hungria*
Esta conferência inter-disciplinar e multi-disciplinar procura analisar a natureza, objectivos e experiências de guerra, bem como os seus impactos sobre a segurança humana e sobre as comunidades em todo o mundo.
www.inter-disciplinary.net

2º workshop sobre Mulheres e Segurança Internacional

8-10 de Maio de 2009: *Quebec, Canadá*
Este workshop pretende sublinhar a importância da presença e participação das mulheres na segurança internacional, contando com apresentações académicas, seminários e exercícios de negociação e resolução de conflitos. www.psi.ulaval.ca

8º Fórum Internacional de Segurança

18-20 de Maio de 2009: *Genébra, Suíça*
O Fórum reunirá 500 peritos no campo da segurança, entre eles funcionários públicos, diplomatas, militares, académicos e representantes de organizações internacionais em todo o mundo. O objectivo é a criação de uma plataforma de discussão e diálogo sobre ameaças, riscos e soluções do presente e do passado.
www.8isf.ethz.ch

Dia Internacional das Mulheres pela Paz e Desarmamento

24 de Maio de 2009

7ª Conferência Europeia de Investigação Feminista

4-7 de Junho de 2009: *Utreque, Países Baixos*
www.7thfeministconference.org

Conferência de Lideranças Femininas 2009

21-23 de Junho de 2009: *Bangueroque, Tailândia*
www.tomorrowpeople.org/conference-5.html

Fórum da Iniciativa para a Investigação sobre Violência Sexual (SVRI)

6-9 de Julho de 2009: *Joanesburgo, África do Sul*

A conferência tem como objectivo promover pesquisas sobre violência sexual, sublinhando o papel da inovação, partilha de experiências e construção de redes no domínio da violência sexual. Este evento global contará com mais de 200 participantes, nomeadamente investigadores/as, activistas, representantes de agências financiadoras, decisores/as políticos/as e sobreviventes.
www.svri.org

Recursos

Birthered from Scorched Hearts: Women Respond to War

MariJo Moore

Com contributos de escritoras de renome, bem como de autoras recentes, esta antologia abrange um vasto leque de experiências protagonizadas por mulheres em oposição à guerra.

www.fulcrum-books.com

Handbook for Nonviolent Campaigns

War Resisters' International

Inclui secções sobre planeamento estratégico de campanhas e acções não-violentas, instrumentos para trabalhos em grupo, a relação entre género e não-violência, experiências de acções não-violentas de grupos de todo o mundo, uma resenha de exercícios de formação e uma lista de recursos úteis.

<http://wri-irg.org/node/3855>

Integrating Gender Awareness and Equality

OCDE, 2009

Um capítulo adicional do manual do CAD/OCDE sobre Reforma do Sistema de Segurança, de 2007, com contributos específicos de género para cada sistema de segurança (por exemplo, polícia, formas militares, aparelho judiciário, etc.)

www.oecd.org

Security Disarmed: Critical Perspectives on Gender, Race, and Militarisation

Barbara Sutton, Sandra Morgen, e Julie Novkov

Investigadores/as, estrategas políticos e activistas reúnem-se para pensar criticamente sobre o custo humano da violência e alternativas viáveis aos conflitos armados. Este conjunto de ensaios analisa e resiste à crise mundial de militarização.

http://rutgerspress.rutgers.edu/acatalog/Security_Disarmed.html

Shattered Lives: Immediate medical care for victims of sexual violence

Médicos Sem Fronteiras (MSF), 2009

MSF partilha a sua experiência na prestação de ajuda médica, acompanhamento e apoio a milhares de vítimas de violência sexual em zonas distintas do globo. O relatório é em parte fruto da repulsa face aos actos inclassificáveis a que foram sujeitas estas pessoas. Demonstra igualmente o quão imperativo é disponibilizar cuidados imediatos e verdadeiramente acessíveis a vítimas de violência sexual.

www.msf.org/shatteredlives

Base de dados do Secretário-Geral das NU sobre violência contra as mulheres

Divisão para o Avanço das Mulheres /Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DAW/DESA)

A principal fonte de informação desta base de dados são as respostas dadas pelos Estados Membros aos questionário sobre violência contra as mulheres de Setembro de 2008 e actualizações subsequentes.

<http://webapps01.un.org/vawdatabase/about.action>

Women's Side of War

Mulheres de Negro Belgrado (2008)

Uma antologia de relatos de mulheres sobre as guerras que tiveram lugar na ex-Jugoslávia entre 1991-1999. É um produto de uma investigação de um ano, levada a cabo por organizações de mulheres, organizações de direitos humanos, e mulheres a título individual que corajosamente deram voz, recordaram e/ou apoiaram as suas experiências.

www.zeneucnom.org/pdf/womens_side_of_war.pdf

A Rede de Mulheres da IANSA (WN) é a única no mundo centrada nas articulações entre género, direitos das mulheres, armas ligeiras e violência armada. Foi criada em 2001, após uma reunião informal de mulheres durante um dos eventos promovidos pela IANSA, mas existe formalmente desde 2005. Conta com membros de países tão diversos como as Fiji, Senegal, Argentina, África do Sul, Canadá e Sudão.

Agradecemos ao governo norueguês pelo seu apoio.